



EDITAL Nº 007/2023

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a Academia Paranaense de Letras Jurídicas e o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, neste ato representados por seus presidentes, resolvem:

TORNAR PÚBLICO

o chamamento para elaboração e submissão de artigos a serem publicados em livro-álbum com registros e fotografias históricas, intitulado

“300 ANOS DE JUSTIÇA TOGADA NA TERRA DAS ARAUCÁRIAS”

1. Justificativa

O tricentenário da Justiça Paranaense é uma baliza histórica que revela o reconhecimento à contribuição dos juízes em tempos remotos e itera o engajamento dos magistrados da contemporaneidade com a elevação da justiça e igualdade social na terra das araucárias.

No ano de 2023 a justiça togada do Estado do Paraná chega a marca dos 300 anos. Foi na Vila de Paranaguá que a história do Poder Judiciário paranaense teve início, ao se receber a notícia, por meio de uma Carta Régia, datada de 26 de abril de 1723, sobre o desmembramento da Ouvidoria de São Paulo e a criação da Ouvidoria da Vila de Paranaguá com a nomeação do bacharel português Antonio Alves Lanhas Peixoto como primeiro ouvidor-geral designado para o cargo. Com a criação da Ouvidoria de Paranaguá, que representa a primeira divisão judiciária do sul da Colônia Lusitana da América, conta-se três séculos de histórias, que precisam ser resgatadas.

Deste modo, a coordenação, produção e organização de um livro-álbum capaz de unir História e Direito, coroa de maneira ímpar as celebrações alusivas aos 300 anos de emancipação judiciária do Estado do Paraná, que foram realizadas por todo o estado neste ano de 2023.

2. Autores e Temática

Os artigos deverão manter relação de pertinência temática com o título da obra. O autor interessado em participar da obra poderá escolher um tema específico¹

¹ ANEXO III

de sua preferência para desenvolver, e se assim proceder, deverá de imediato comunicar à comissão organizadora da obra através do Email: gralhaazul@tjpr.jus.br ou WhatsApp 41 99818-3098.

3. Autores e coautores

Os trabalhos poderão ser desenvolvidos em coautoria, limitando-se a **2 autores** e sendo ao menos um deles membro da APLJ ou do TJPR.

4. Submissão

Os artigos deverão ser submetidos para o endereço eletrônico: gralhaazul@tjpr.jus.br, **até 30 de junho de 2024**, impreterivelmente. Maiores informações: 41 99818-3098.

5. Cotas

A participação é aberta a toda comunidade, sendo destinada a cota de 25% da obra para os membros da Academia Paranaense de Letras Jurídicas, 25 % aos membros do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e do 25% Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

OBS. Nos anexos I, II e III os interessados encontram a metodologia da obra, a normativa para desenvolvimento dos artigos, o termo de cessão de direitos autorais e os temas que farão parte da obra.

Curitiba, 19 de dezembro de 2023.

170 anos da instalação da Província do Paraná

Presidente Luiz Fernando Tomasi Keppen
Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Presidente Vladimir Passos Freitas
Academia Paranaense de Letras Jurídicas

Presidente Paulo Roberto Hapner
Instituto Histórico e Geográfico do Paraná